



PROTOCOLO Nº	:	197853-5/2025
PRINCIPAL	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO	:	COMUNICAÇÃO
DESCRÍÇÃO	:	COMUNICA A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL 2024 PELA COMPIBI DAS COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO
RELATOR	:	CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO

Senhor Secretário,

Trata-se de documentação autuada neste Tribunal de Contas, por meio do ofício nº 421/2025-PRES<sup>1</sup>, assinado pelo Desembargador José Zuquim Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, por meio do qual encaminha o Inventário Patrimonial do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 2024, para conhecimento e análise deste Tribunal de Contas.

Diante do exposto, por tratar-se de matéria de subsídio à análise das Contas Anuais de Gestão Estadual, exercício financeiro de 2024, sugere-se a juntada desta documentação aos autos do processo nº 197121-2/2025, que trata das Contas Anuais de Gestão Estadual, exercício 2024 do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, e posterior devolução dos autos a esta Secex.

É a informação.

6ª Secretaria de Controle Externo, em Cuiabá-MT, 17 de março de 2025.

(assinatura digital)  
**Jeane Souza Menezes Silva**  
Técnico de Controle Público Externo

<sup>1</sup> Control-P: Protocolo nº 197853-5/2025 (documento digital nº 576425/2025, pág. 1)





PROTOCOLO Nº	:	197853-5/2025
PRINCIPAL	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO	:	COMUNICAÇÃO
DESCRÍÇÃO	:	COMUNICA A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL 2024 PELA COMPIBI DAS COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO
RELATOR	:	CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO

## DESPACHO DO SECRETÁRIO

Excelentíssimo Conselheiro Relator,

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, § 1º, IX da Resolução Normativa nº 12/2016 – TP, acolho a informação anterior e nos termos regimentais, encaminho o presente processo para conhecimento e sequência processual.

(assinatura digital<sup>2</sup>)

**Edson Reis de Souza**  
Secretário de Controle Externo  
Auditor Público Externo

<sup>2</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

